

HIDRELÉTRICAS E REASSENTAMENTO COMPULSÓRIO DE POPULAÇÕES: ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

Trabalho produzido para o Instituto Ambiental do Paraná, em convênio com a GTZ, pelos Professores: Maria José Reis e Cecília Maria V. Helm (Coordenadoras), Neusa Maria Bloemer, Aneliese Nacke, Ilse Scherer-Warren e Silvio Coelho dos Santos

(Julho/1992 a Março/1993).

1993

SUMÁRIO

I. A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS - UM FENÔMENO SOCIAL.....	1
II. DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS COMPULSÓRIOS - experiência nacional e internacional	7
III. O CONHECIMENTO DA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL DAS POPULAÇÕES LOCAIS - CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	20
IV. A CONSTRUÇÃO DE UHs E O PROCESSO PARTICIPATIVO.....	36
V. A ÁREA DE INFLUÊNCIA E A QUESTÃO DA INSERÇÃO REGIONAL.....	44
VI. O MONITORAMENTO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	56

V. A ÁREA DE INFLUÊNCIA E A QUESTÃO DA INSERÇÃO REGIONAL

Cecília Maria Vieira Helm*

Introdução

Embora os grandes projetos sejam decididos, na maioria das vezes, fora dos limites das regiões em que vão ser implantados, estando fundamentados em políticas públicas que atendem interesses nacionais e internacionais de investimentos em determinados setores, na prática ocorrem em locais concretos e em regiões específicas, envolvendo atores diversos com histórias e características distintas.

A política energética nacional não atende aos anseios de expressivos grupos sociais das regiões onde são implantadas hidrelétricas. Esses empreendimentos são contrários aos seus interesses e, muitas vezes, não têm contribuído para melhorar as condições de vida e de trabalho desses grupos.

A resistência encontrada pelas empresas do setor elétrico para implantarem seus projetos é uma realidade. Também há pressão das agências internacionais de financiamento no sentido de que as questões ambientais e sociais sejam tratadas com responsabilidade.

Dentre essas questões uma que vem merecendo atenção dos cientistas sociais, planejadores urbanos e regionais, e também de órgãos do Estado, que tomam decisões sobre o meio ambiente e social é a do desenvolvimento regional, isto é, desenvolvimento de regiões e localidades nas quais estão sendo implantadas e projetadas usinas hidrelétricas.

* Antropóloga. Pesquisadora Visitante CNPq - PPGAS - UFSC.

Alguns conceitos têm sido construídos, a partir da reflexão e da prática no tratamento destas questões. Entre os mais polêmicos podemos citar: Grandes Projetos-GPs, que constituem um "modo de produção do espaço recente e distinto na América Latina". (LAURELLI, 1987:13). No entender de VAINER & ARAÚJO (1992) que escrevem sobre os efeitos dos GPs nas regiões em que são implantados "ao invés da difusão da modernização prometida pelos discursos acerca dos pólos de desenvolvimento, o resultado têm sido as chamadas catedrais no deserto, enclaves que canalizam para o exterior (da região ou do país) os impulsos dinâmicos". Como consequência para as regiões apontam a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalidade social e, quase sempre, degradação ambiental.

Área de Influência

A área de influência dos impactos sócio-culturais de um GP denominada imediata inclui: as áreas circundantes à localização física das obras de construção civil e a área do reservatório com a população que deve ser reassentada; e o território do projeto, isto é, as áreas que estão imediatamente conectadas às atividades da construção e que são diretamente influenciadas pelas necessidades diárias do processo produtivo e da vida social deste processo (RIBEIRO, 1991).

A população diretamente afetada por uma UH é a mais visível para os planejadores. A indiretamente atingida é a residente nos municípios localizados nas áreas de instalação das UHs (FUNDAP, 1988:21).

Monografias de caráter antropológico que privilegiam estudos de caso sobre barragens têm trabalhado com a noção de atingido. Faillace, que

estudou um grupo de camponeses, que passa pela intervenção do Estado e pelo deslocamento compulsório em função da construção da UH de Itá no Alto Uruguai, informa como a Comissão Regional de Atingidos por Barragens faz a defesa dos interesses desta população e inclui nas negociações com a ELETROSUL os não-proprietários. Para Faillace o "modo de viver a barragem é percebido através da noção de atingido, que expressa não só um sentimento mas também uma identidade" (FAILLACE, 1990).

Uma outra noção se refere à configuração espacial do território do projeto destinado à reprodução social da população direta ou indiretamente relacionada com o processo produtivo. Uma vez instalado um projeto em uma área, ele intervém fortemente na configuração espacial local, reorientando as características espaciais, sociais e culturais previamente existentes. Deste modo, deve merecer atenção do planejador o fato de que os grandes projetos afetam as configurações espaciais e regionais.

A implantação de hidrelétricas tem sido apresentada pelo Estado brasileiro como uma imposição para o desenvolvimento do país e de suas regiões. Por outro lado, não são planejadas e executadas com vistas a mudanças significativas e de interesse para a região onde são instaladas. Os setores local e regional pouco têm se beneficiado com esses projetos.

Os Grandes Projetos, como as hidrelétricas e suas conseqüências - os reassentamentos compulsórios de populações e os impactos ambientais - são planejados e executados dentro de interesses nacionais e internacionais de desenvolvimento. Tais interesses não beneficiam, muitas vezes, a região e as populações atingidas.

A participação dos diferentes segmentos locais e regionais na tomada de decisões e no planejamento dos projetos energéticos se constitui em reivindicação que raramente é levada em conta e incorporada ao plano geral da obra e seu orçamento.

Os efeitos negativos de tais obras, os danos que causam, estão exigindo uma reorientação das políticas públicas no sentido de que, desde a fase do planejamento, em termos do custo-benefício, as questões sociais recebam um tratamento de igual importância ao que tem sido dado às técnicas de produção de energia e aos lucros das empresas.

A Questão da Inserção Regional

Ainda que para o setor elétrico a questão da inserção regional e os impactos sociais representem mais custos para implantar uma Usina Hidrelétrica, o atendimento às solicitações da população local e, também, às necessidades da região devem ser encarados com responsabilidade, ou seja, como prioridades do Projeto.

Um estudo preliminar sobre a viabilidade de uma hidrelétrica em determinada região deve contemplar:

os interesses e expectativas dos diferentes segmentos da população, sejam autoridades municipais, líderes sindicais, de partidos políticos, de seitas e credos religiosos, do movimento dos Sem-Terra, do movimento de atingidos por barragens, comerciantes, empresários, trabalhadores urbanos, profissionais liberais, membros de cooperativas, membros de conselhos comunitários locais, proprietários e não-proprietários de terras - meeiros, parceiros, diaristas, empreiteiros, agregados e peões;

as especificidades étnicas e culturais de cada comunidade a ser atingida pelo GP;

as eventuais e possíveis reações de cada comunidade sobre a notícia da construção da obra na região e suas conseqüências sociais e psicológicas para a população como um todo;

a participação das lideranças da(s) comunidade(s) nos debates, negociações, decisões, desde a fase do planejamento inicial, passando por todas as demais fases até a conclusão da obra.

A participação da(s) comunidade(s) não se esgota com o término da obra.

É preciso levar em consideração que o GP irá atingir:

1. Uma população que permanece no local e irá conviver com a obra. Novas redes de parentesco, sociais, econômicas, jurídicas, ocasionarão mudanças nas tradições culturais da(s) comunidade(s). Nova configuração espacial, territorial, modificará a paisagem e as identidades serão necessariamente reconstruídas;

2. Uma população de migrantes, que irá se deslocar para o local da obra e suas vizinhanças, atraída pela expectativa de vir a trabalhar no projeto ou na localidade;

3. Uma parte significativa da população local que será deslocada e reassentada em nova comunidade, porque o local de sua morada vai ser atingido pelas construções da UH;

4. Uma população que vive em outra localidade irá hospedar os reassentados e passará a ter relações de vizinhança com a nova comunidade construída pelas concessionárias ou pelos atingidos, como está acontecendo em Mangueirinha/PR, com os reassentados de Itá.¹

¹ Trata-se de um caso singular, uma vez que a população hospedeira é constituída de Kaingang e Guarani da Área Indígena de Mangueirinha/PR, e de regionais, que vivem no município de Mangueirinha. Em artigo a ser publicado relatamos as nossas observações sobre este caso.

É necessário, e se recomenda, que os projetos hidrelétricos sejam acompanhados em seu planejamento de estudos sobre a região, sobre as populações a serem envolvidas, sobre a administração dos recursos a serem aplicados e, de ações, que contemplem aspectos sociais e econômicos no planejamento regional.